

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1391925 - SP
(2018/0289351-2)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : DANILO GAMBA
EMBARGANTE : ROSANA GUITTI GAMBA
EMBARGANTE : MATHEUS GUITTI GAMBA
ADVOGADOS : SÉRGIO COELHO E SILVA PEREIRA - RJ075789
MARCELO CURY ATHERINO - RJ134180
CARLOS EDUARDO BRANTES - RJ187003
EMBARGADO : BANCO BVA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REPR. POR : ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL
DO BRAZIL - ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : FERNANDO GOMES DOS REIS LOBO - SP183676
LEANDRO ARARIPE FRAGOSO BAUCH - SP286619
CAIO ARANHA SAFFARO VIEIRA E OUTRO(S) -
SP381931

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. AUSÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE. ALTERAÇÃO DO EXPEDIENTE FORENSE E INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA. INAPTIDÃO PARA AFASTAR A INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO SE A SUSPENSÃO NÃO COINCIDE COM O INÍCIO OU O TÉRMINO DO PRAZO RECURSAL A ENSEJAR SUA PRORROGAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se os embargos de declaração a afastar eventual omissão, obscuridade, contradição ou erro material na decisão embargada, não se caracterizando via própria ao re julgamento da causa.
2. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a prorrogação do prazo processual é admitida apenas nas hipóteses em que a alteração do expediente forense e a indisponibilidade do sistema coincidam com o primeiro ou o último dia do prazo recursal, caso em que o termo inicial ou final será protraído para o primeiro dia útil seguinte.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator